



PROJETO DE LEI Nº 034/2019.

Vereador Antônio Barros (Manga)

Partido PSB

Ementa: Institui o Centro Municipal de Solução de Conflitos e Cidadania de São Lourenço da Mata - “Soluciona, São Lourenço da Mata” e dá outras providências.

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído, nos termos desta Lei, o Centro Municipal de Solução de Conflitos e Cidadania de São Lourenço da Mata - “Soluciona, São Lourenço da Mata”, o qual terá como objetivo principal buscar solução amigável de controvérsias administrativas, pré-judiciais ou judiciais que envolvam a Administração Municipal Direta ou Indireta, atendendo aos princípios inerentes à Administração Pública.

§ 1º O Centro Municipal de Solução de Conflitos e Cidadania de São Lourenço da Mata - “Soluciona, São Lourenço da Mata” - atuará com fulcro nas legislações nacionais e estadual pertinentes às conciliações, mediações e composições amigáveis de demandas judiciais, pré-judiciais e administrativas.

§ 2º O Centro Municipal de Conciliação de Conflitos ficará vinculado à Procuradoria do Município de São Lourenço da Mata.



Paragrafo Único. Para fins desta lei, considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial que, escolhido ou aceito pelas partes, promove a comunicação entre elas com o propósito de diluir ou prevenir o conflito e de buscar consenso na solução de controvérsias.

Art. 2º A mediação tem por princípios fundamentais:

I - Impessoalidade;

II - imparcialidade;

III - isonomia;

IV - ampla defesa;

V - boa-fé.

Parágrafo único. A mediação referida no caput deste artigo será orientada pelos seguintes princípios, com base na Lei Federal nº 13.140, de 26 de junho de 2015 (Lei da Mediação):

I - Oralidade;

II - Informalidade;

III - autonomia da vontade das partes;

IV - Busca do consenso; e

V - Confidencialidade.



Art. 3º Pode ser objeto de mediação toda matéria que verse sobre direitos disponíveis ou de direitos indisponíveis que admitam transação.

§1º Os acordos que envolvam direitos indisponíveis somente terão validade após a oitiva do Ministério Público, quando devida, e posterior homologação judicial;

§2º O Ministério Público deverá se manifestar sobre o termo de mediação no prazo máximo de 15 dias.

Art. 4º A mediação pode versar sobre todo o conflito ou parte dele, onde o Centro Municipal de Solução de Conflitos e Cidadania de São Lourenço da Mata - “Soluciona, São Lourenço da Mata” - que funcionará dentro da Defensoria Pública do município e terá as seguintes diretrizes:

I - A instituição de valores e de meios jurídicos que aprofundem o relacionamento de pessoas físicas, jurídicas e Administração Municipal;

II - A prevenção e a solução de controvérsias administrativas e judiciais entre pessoas físicas e jurídicas e a Administração Municipal;

III - a garantia da juridicidade, da eficácia, da estabilidade, da segurança e da boa-fé das relações jurídicas e administrativas;

IV - a agilidade e a efetividade dos procedimentos de prevenção e de solução de controvérsias;

V - a racionalização da judicialização de litígios envolvendo a Administração Municipal; e

VI - a redução de passivos financeiros decorrentes de controvérsias de repercussão coletiva.



CAPÍTULO II – DOS MEDIADORES

Art. 5º Mediador é o terceiro imparcial, devidamente capacitado, que conduz o processo de comunicação entre as partes, facilitando a diluição do conflito e a busca do entendimento e do consenso.

§1º O mediador deve ser aceito por ambas as partes.

§2º É vedado o acréscimo de qualquer outro título à denominação de mediador, bem como a utilização de símbolos oficiais, excetuando-se os símbolos de carreiras públicas, no âmbito da mediação pública.

Art. 6º O mediador deve atuar em conformidade com o Código de Ética que lhe seja aplicável e com respeito aos deveres de imparcialidade, independência, aptidão, diligência e confidencialidade.

Art. 7º Os mediadores extrajudiciais poderão exercer suas funções vinculados a instituições especializadas em mediação.

Art. 8º Poderá haver co-mediação quando, a pedido das partes ou do mediador e em razão da natureza ou complexidade do conflito, for recomendável a atuação conjunta de outros mediadores.

Art. 9º Aplicam-se aos mediadores as mesmas hipóteses legais de impedimento e suspeição dos juízes, devendo o mediador revelar, antes da aceitação da função, qualquer fato que comprometa sua imparcialidade em relação às partes e ao conflito.

Art. 10 O mediador fica impedido, pelo prazo de dois anos, contados do término da última sessão de mediação em que tenha atuado, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes.



Art. 11 Os mediadores, quando no exercício de suas funções ou em razão delas, ficam equiparados aos servidores públicos para fins da legislação penal.

CAPÍTULO III – DOS MEDIADORES JUDICIAIS

Art. 12 Os Tribunais manterão cadastros atualizados dos mediadores habilitados e autorizados a atuar em mediação judicial.

Parágrafo Único. A inscrição no cadastro de mediadores será requerida ao Tribunal em que o mediador pretenda atuar.

Art. 13 Poderá se cadastrar como mediador judicial aquele que preencha, cumulativamente, os seguintes critérios:

I. Ser graduado há pelo menos dois anos em curso de ensino superior de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação;

II. Ser capacitado por escola ou entidade reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça ou pela Escola Nacional de Mediação e Conciliação do Ministério da Justiça como autorizada para a formação de mediadores.

Parágrafo único. Serão reconhecidas as capacitações que atendam aos parâmetros curriculares mínimos estabelecidos, em conjunto, pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Ministério da Justiça.

Art. 14 O registro de mediadores conterá todos os dados relevantes referentes à atuação do mediador, segundo critérios fixados pelo Conselho Nacional de Justiça.



Art. 15 Serão excluídos do cadastro de mediadores aqueles que:

- I. Assim o solicitarem ao respectivo Tribunal, independentemente de justificação;
- II. Agirem com dolo ou culpa na condução da mediação sob sua responsabilidade;
- III. Violarem os princípios previstos nesta lei;
- IV. Atuarem em procedimento de mediação mesmo sendo impedidos ou sob suspeição;
- V. Tiverem sido condenados à pena de exclusão do cadastro de mediadores; ou,
- VI. Forem condenados em ação penal ou de improbidade administrativa, por órgão colegiado.

§ 1º O procedimento disciplinar para a exclusão do Cadastro de Mediadores será processado e julgado perante o Tribunal em que houver ocorrido a infração.

§ 2º O Tribunal deverá informar o nome dos mediadores que forem excluídos de seu cadastro ao Conselho Nacional de Justiça, que encaminhará tal informação para os demais Tribunais.

§ 3º O mediador que for excluído do cadastro de um dos Tribunais não poderá solicitar nova inscrição em qualquer parte do território nacional ou atuar como co-mediador, salvo na hipótese do inciso I deste artigo.



Art. 16 A remuneração devida aos mediadores judiciais será fixada pelos Tribunais, assegurada a gratuidade para as partes quando comprovada a hipossuficiência.

CAPÍTULO IV – DO PROCEDIMENTO DE MEDIAÇÃO

Art. 17 Na mediação, a comunicação direcionada ao mediador e aos demais interessados é confidencial, exceto:

- I. Por dispensa expressa de todas as partes;
- II. Quando a mediação envolver o Poder Público na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, ressalvadas as hipóteses de segredo de justiça;
- III. Na hipótese do mediador receber informações acerca de um crime ou da iminência de um crime e nos atos de improbidade e de infração administrativa.

§ 1º O mediador deve mencionar expressamente às partes as exceções à confidencialidade, no início da primeira sessão de mediação.

§2º Salvo acordo por escrito das partes em sentido contrário, o mediador não poderá ser obrigado a depor como testemunha em procedimentos judiciais sobre fatos conhecidos em decorrência de sua atuação como mediador.

§ 3º O dever de confidencialidade se aplica às partes, seus advogados ou defensores públicos, assessores técnicos e outras pessoas de confiança das partes que tenham, direta ou indiretamente, participados do procedimento de mediação, exceto por expressa disposição em contrário daquelas.



Art. 18 Para fins desta lei, as partes interessadas em submeter à solução de seus conflitos à mediação devem firmar um termo inicial de mediação, por escrito, após o surgimento do conflito, mesmo que a mediação tenha sido prevista em cláusula contratual.

Art. 19 Constará, obrigatoriamente, do termo inicial de mediação:

I - o nome, profissão, estado civil e domicílio das partes;

II - o local onde ocorrerá a mediação;

III - o nome, profissão e domicílio do mediador, ou dos mediadores, e ainda, se for o caso, a identificação da entidade à qual as partes delegaram a indicação de mediadores;

IV - a declaração da responsabilidade pelo pagamento das despesas com a mediação e fixação dos honorários do mediador, ou dos mediadores;

V - a matéria objeto da mediação.

Art. 20 Poderão as partes, facultativamente, incluir no termo inicial de mediação outras matérias que repute relevantes, inclusive o escopo do dever de confidencialidade aplicável a todos os envolvidos no procedimento, signatários do termo inicial de mediação.

Art. 21 Se, no termo inicial de mediação, as partes tiverem se comprometido expressamente a não iniciar, em determinado prazo ou enquanto não se consumir determinado fato, procedimento arbitral ou processo judicial com relação ao conflito objeto da mediação, o tribunal arbitral ou o Poder Judiciário dará efeito a esse termo, suspendendo o curso da arbitragem ou da ação pelo prazo previamente acordado.



§1º O disposto no caput não se aplica às medidas de urgência em que o acesso ao Poder Judiciário ou à arbitragem for necessário para evitar o perecimento de direitos.

§2º Ficarão interrompidos o prazo prescricional a partir da data da assinatura do termo de mediação.

Art. 22 As partes deverão ser assistidas por advogados ou defensores públicos, salvo renúncia expressa por escrito daquelas.

Art. 23 O termo final de mediação conterá:

- I. A qualificação das partes;
- II. A qualificação dos procuradores e prepostos, quando houver;
- III. O resumo do conflito;
- IV. A descrição dos direitos e das obrigações das partes, a declaração de tentativa infrutífera ou a descrição do consenso obtido pelas partes;
- V. A data e o local onde foi proferido;
- VI. A assinatura do mediador, das partes e, quando houver, dos advogados ou defensores públicos.

Art. 24 O termo final de mediação tem natureza de título executivo extrajudicial e, quando homologado judicialmente, de título executivo judicial.

Seção I - Do Procedimento da Mediação Judicial

Art. 25 A petição inicial será distribuída simultaneamente ao juízo e ao mediador, interrompendo-se os prazos de prescrição e decadência.



Parágrafo único Competem aos Tribunais a organização e a disciplina de funcionamento do órgão que agregará os mediadores.

Art. 26 O mediador designará, no prazo máximo de trinta dias, a sessão de mediação, dando ciência às partes por qualquer meio de comunicação.

§1º O procedimento de mediação deve ser concluído em até sessenta dias, contados da primeira sessão, salvo quando as partes, de comum acordo, requererem sua prorrogação.

§2º Transcorridos sessenta dias sem a obtenção de consenso, e não havendo pedido de prorrogação do prazo pelas partes, o mediador lavrará certidão, que será encaminhada juntamente com a petição inicial ao juízo.

§3º Obtido consenso, a petição inicial, acompanhada do respectivo termo de mediação, será encaminhada pelo mediador ao juízo, que o homologará, desde que requerida a homologação por ambas as partes.

Art. 27 Na hipótese de obtenção de consenso na mediação, o Tribunal poderá isentar as partes do pagamento de custas processuais.

Seção II – Do procedimento da mediação extrajudicial

Art. 28 O convite para iniciar procedimento de mediação extrajudicial poderá ser feito por qualquer meio de comunicação.

Parágrafo único. Não havendo resposta no prazo de trinta dias da data de recebimento, será considerado rejeitado o convite para participar de mediação.



Art. 29 Inicia-se a mediação com o comparecimento das partes e a assinatura do compromisso de mediação.

Art. 30 O procedimento de mediação conclui-se com a obtenção de consenso, por vontade de qualquer das partes, a qualquer momento, ou pelo mediador, quando este entender necessário.

Art. 31 Comprovada a tentativa de mediação extrajudicial prévia ao ajuizamento da ação, o juízo poderá estabelecer redução das custas processuais.

Seção III – Da Mediação Pública

Art. 32 Os órgãos da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como o Ministério Público e a Defensoria Pública, poderão submeter os conflitos em que são partes à mediação pública.

Parágrafo único. Para o exercício da mediação pública, poderão ser instituídos Centros de Mediação no âmbito de cada entidade ou órgão público.

Art. 33 Poderá haver mediação pública:

- I. Em conflitos envolvendo entes do Poder Público;
- II. Em conflitos envolvendo entes do Poder Público e o Particular;
- III. Em conflitos que envolvam direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos.



Art. 34 A submissão do conflito à mediação pública ocorrerá, preferencialmente, antes da sua judicialização.

Art. 35 Os procedimentos de mediação pública serão estabelecidos em ato a ser editado pelo dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública direta e indireta, em conjunto com sua assessoria jurídica.

Art. 36 A mediação poderá ser utilizada como meio de solução de conflitos via internet, nos casos de comercializações de bens ou prestação de serviços via internet.

Art. 37 A mediação via internet terá o objetivo de solucionar quaisquer conflitos de consumo no âmbito nacional.

Parágrafo único. Quando uma das partes estiver domiciliada no Brasil, pode haver acordo para aplicação das disposições desta lei à resolução de conflito oriundo de transações internacionais celebradas através da rede mundial de computadores ou por outro meio de comunicação que permita a transação à distância.

Art. 38 Aplica-se esta lei, no que couber, a outras formas consensuais de resolução de conflitos, tais como mediações comunitárias, escolares, penais, trabalhistas, fiscais, em serventias extrajudiciais e outras.

Art. 39 A Defensoria Pública do município criará e manterá banco de dados reunindo informações relativas à mediação, para fins de formulação, planejamento e avaliação de políticas públicas.



Da Competência e da Estrutura do Centro Municipal de Conciliação de Conflitos

Art. 40 Para o cumprimento do objeto da presente Lei, fica o Município de São Lourenço da Mata autorizado a firmar convênios e parcerias com o Poder Judiciário, com a Ordem dos Advogados do Brasil, com órgãos e entidades da administração Direta e Indireta do Governo Estadual e Federal, além de com Instituições da Sociedade Civil e Entidades de Classe relacionadas às matérias inerentes ao escopo do Centro Municipal de Solução de Conflitos e Cidadania de São Lourenço da Mata – “Soluciona, São Lourenço da Mata”.

Art. 41 O Centro Municipal de Solução de Conflitos e Cidadania de São Lourenço da Mata – “Soluciona, São Lourenço da Mata” – será composto por:

I - um Coordenador;

II - um Procurador do Município - Supervisor;

III - um Dirigente das Unidades Técnicas advindas das Secretarias que compõem a Administração Pública Municipal;

IV - Unidades Técnicas advindas das Secretarias que compõem a Administração Pública Municipal a serem constituídas, preferencialmente, por profissionais especializados nas áreas de atuação do Centro Municipal de Conciliação de Conflitos, que serão regulamentadas através de Decreto;

V - um Centro Administrativo;

VI - ao menos 3 (três) Conciliadores;

VII - uma Comissão de Estudos Conciliatórios.



Art. 42 Ao Centro Municipal de Solução de Conflitos e Cidadania de São Lourenço da Mata – “Soluciona, São Lourenço da Mata” compete:

I - propor e avaliar a admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos através da conciliação, no âmbito municipal;

II - requisitar aos órgãos e entidades municipais informações para subsidiar sua atuação;

III - dirimir, por meio de conciliação, as controvérsias entre pessoas físicas e jurídicas e a Administração Pública Municipal, buscando a solução de conflitos judicializados ou não;

IV - propor à Comissão de Estudos Conciliatórios os casos controversos não solucionados por conciliação;

V - promover, quando couber, a celebração de termo de ajustamento de conduta.

Parágrafo único. O Município de São Lourenço da Mata adotará práticas que incentivem a formação de uma cultura de mediação e conciliação, em observância ao disposto no art. 174 do Código de Processo Civil.

Art. 43 As áreas e matérias de atuação, os limites, os critérios, a estrutura e o funcionamento do Centro Municipal de Solução de Conflitos e Cidadania de São Lourenço da Mata – “Soluciona, São Lourenço da Mata” serão regulamentados por meio de Decreto.

SUBSEÇÃO II

DO COORDENADOR

Art. 44 Compete ao Coordenador:



I - exercer as funções estratégicas de planejamento, orientação, controle e revisão no âmbito da atuação do Centro Municipal de Solução de Conflitos e Cidadania de São Lourenço da Mata – “Soluciona, São Lourenço da Mata”;

II - propor, para aprovação do Chefe do Executivo, projetos, programas e planos de metas do Centro Municipal de Solução de Conflitos e Cidadania de São Lourenço da Mata – “Soluciona, São Lourenço da Mata”;

III - chefiar, sistematizar e fiscalizar o trabalho dos Conciliadores e Mediadores;

IV - chefiar, coordenar e orientar o trabalho dos demais servidores lotados no Centro Municipal de Solução de Conflitos e Cidadania de São Lourenço da Mata – “Soluciona, São Lourenço da Mata”.

SUBSEÇÃO III

DO PROCURADOR DO MUNICÍPIO - SUPERVISOR

Art. 45 Compete ao Procurador do Município Supervisor:

I - assistir o Coordenador no exercício de suas atribuições;

II - representar o Município de São Lourenço da Mata em juízo ou fora dele, no âmbito de sua atuação;

III - homologar todos os Termos de Conciliação e Mediação resultantes dos processos submetidos ao Centro Municipal de Solução de Conflitos e Cidadania de São Lourenço da Mata – “Soluciona, São Lourenço da Mata”.



SUBSEÇÃO IV

DO DIRIGENTE DAS UNIDADES TÉCNICAS

Art. 46 Compete ao Dirigente das Unidades Técnicas advindas das Secretarias que compõem a Administração Pública Municipal:

I - orientar e fiscalizar o trabalho dos Servidores integrantes das Unidades Técnicas advindos das Secretarias que compõem a Administração Pública Municipal;

II - realizar o intercâmbio entre o Centro Municipal de Solução de Conflitos e Cidadania de São Lourenço da Mata – “Solucionar, São Lourenço da Mata” e a Secretaria cujo tema interesse ao escopo do caso concreto.

SUBSEÇÃO V

DAS UNIDADES TÉCNICAS

Art. 47 Compete às Unidades Técnicas advindas das Secretarias que compõem a Administração Pública Municipal:

I - análise das condições técnicas, dos limites e das propostas a serem apresentadas no momento da audiência de conciliação ou mediação, observados os limites e diretrizes das Secretarias interessadas;

II - atuação de seus membros como representante da Municipalidade nas audiências de conciliação.



Parágrafo único. Os Servidores cedidos pelas Secretarias ao Centro Municipal de Solução de Conflitos e Cidadania de São Lourenço da Mata – “Solucionar, São Lourenço da Mata” serão administrativamente lotados na Secretaria dos Assuntos Jurídicos e Patrimoniais, embora funcionalmente subordinados à Secretaria de origem.

SUBSEÇÃO VI

DO CENTRO ADMINISTRATIVO

Art. 48 Compete ao Centro Administrativo:

- I - executar as atividades de gestão documental do Centro Municipal de Solução de Conflitos e Cidadania de São Lourenço da Mata – “Solucionar, São Lourenço da Mata”;
- II - receber, expedir e registrar documentos, bem como autuar, protocolar e tramitar os processos do Centro Municipal de Solução de Conflitos e Cidadania de São Lourenço da Mata – “Solucionar, São Lourenço da Mata”;
- III - realizar a triagem dos pedidos de conciliação por temas bem como efetuar os devidos encaminhamentos;
- IV - realizar o agendamento das audiências de conciliação;
- V - prover o levantamento das necessidades de compras e contratações de serviços a serem prestados no âmbito do Centro Municipal de Solução de Conflitos e Cidadania de São Lourenço da Mata - Solucionar, São Lourenço da Mata;



VI - promover apoio administrativo ao Procurador do Município - Supervisor, ao Coordenador, às Unidades Técnicas e aos conciliadores no desempenho de suas atribuições.

SUBSEÇÃO VII DOS CONCILIADORES

Art. 49 Compete aos Conciliadores:

I - conduzir o procedimento de comunicação entre as partes, buscando o entendimento e o consenso e facilitando a resolução do conflito no momento da audiência;

II - ao final de cada audiência de conciliação elaborar os Termos de Conciliação e Mediação, de forma a descrever o que for acordado ou não no momento da audiência.

Parágrafo único. Fica autorizada a realização de convênios entre o Município de São Lourenço da Mata e entidades de Classe ou Instituições de Ensino visando o provimento e disponibilização de profissionais capacitados para atuarem como conciliadores no Centro Municipal de Solução de Conflitos e Cidadania de São Lourenço da Mata – “Solucionar, São Lourenço da Mata”.



SUBSEÇÃO VIII

DA COMISSÃO DE ESTUDOS CONCILIATÓRIOS

Art. 50 Compete à Comissão de Estudos Conciliatórios discutir, debater, estudar, ofertar sugestões e recomendar a inclusão de temas para a ampliação da atuação do Centro Municipal de Solução de Conflitos e Cidadania de São Lourenço da Mata - Soluciona, São Lourenço da Mata, de forma a evitar demandas judiciais e buscar soluções mais céleres e eficientes em controvérsias repetitivas.

Parágrafo único. A composição e o regimento da Comissão de Estudos Conciliatórios serão regulamentados por meio de Decreto.

SEÇÃO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 51 A eficácia dos termos de Conciliação e Mediação resultantes dos processos submetidos ao Centro Municipal de Conciliação de Conflitos dependerá da ratificação do Procurador do Município - Supervisor.

§ 1º Os termos de Conciliação e Mediação devidamente ratificados em questões administrativas e pré-judiciais implicarão em coisa julgada administrativa e importarão em título executivo extrajudicial.

§ 2º Em se tratando de conflito judicializado, o acordo poderá ser celebrado com a parte processual e com a participação obrigatória do advogado, se já constituído nos autos do processo judicial respectivo.



§ 3º Com expressa anuência do advogado constituído, os honorários de sucumbência poderão integrar o acordo a ser celebrado.

Art. 52 Uma vez formalizados, os Termos de Conciliação e Mediação de conflitos judicializados deverão ser levados à homologação do Juízo responsável.

Parágrafo único. A homologação judicial é condição para o cumprimento das condições avençadas no acordo de conflito judicializado.

Art. 53 A Procuradoria Geral do Município de São Lourenço da Mata providenciará a publicação no Diário Oficial do Município do extrato dos acordos celebrados.

Art. 54 Para dar suporte administrativo e operacional ao Centro Municipal de Solução de Conflitos e Cidadania de São Lourenço da Mata - Solucionar, São Lourenço da Mata, ficam criados os seguintes cargos:

I - um Coordenador;

II - um Procurador do Município - Supervisor;

III - um Dirigente das Unidades Técnicas.

Parágrafo único. As súmulas de atribuição, amplitude de vencimentos, requisitos, formas de provimento e carga horária dos cargos criados por este artigo serão estabelecidos através de um plano de trabalho confeccionado entre a defensoria pública e a Procuradoria Geral do município, em um prazo de **90 dias** a contar da promulgação desta Lei;



Art. 55 Os cargos relacionados abaixo são de livre provimento, exclusivo de servidores públicos da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata:

I - Procurador do Município - Supervisor;

II - Dirigente das Unidades Técnicas;

III - Coordenador.

Parágrafo único. O cargo de Procurador do Município - Supervisor será ocupado por Procurador Municipal de carreira

Art. 56 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço da Mata, 13 de maio de 2019.

ANTONIO BARROS DE SOUZA FILHO
VEREADOR - PSB



Justificativa

O Centro Municipal de Solução de Conflitos e Cidadania de São Lourenço da Mata - “Soluciona, São Lourenço da Mata” o cidadão poderá resolver conflitos sem a necessidade de abertura de processo na Justiça.

O atendimento é dedicado a demandas que se possam conciliar, passíveis de transação, como assuntos relacionados a direito de família e patrimonial. A iniciativa funciona da seguinte forma: as partes que tiverem um conflito ou reivindicação se dirigem à Câmara e relatam o impasse, sendo a outra parte chamada ao local para uma tentativa de acordo.

Caso seja firmado, com a mediação ou conciliação de um técnico qualificado, o acordo segue para análise do juiz do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Em caso de ser executável, recebe a homologação, tendo o valor de uma decisão judicial.

Entre as vantagens da iniciativa, está o fato de ser pautada no diálogo e na cooperação entre as pessoas para a superação de divergências de interesses. Além disso, o serviço ajuda a evitar a judicialização dos conflitos, contribuindo, ainda, para desafogar o Judiciário e reduzir o tempo para resolver demandas dessa natureza.

São Lourenço da Mata, 13 de maio de 2019.

ANTONIO BARROS DE SOUZA FILHO
VEREADOR - PSB